



O Globo – 22 Fev 2004

De volta, o risco de racionamento

O risco de um novo racionamento de energia elétrica volta a rondar o país. Analistas e empresários prevêem que o novo modelo para o setor não vai garantir os R\$ 20 bilhões em investimentos anuais, estimados como necessários, para aumentar a oferta de energia e acompanhar o ritmo de crescimento da economia. O resultado é que o país, segundo eles, corre sérios riscos de sofrer um novo apagão em 2007, a exemplo do que aconteceu em 2001.

O especialista em energia Adriano Pires Rodrigues, do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE), diz que o racionamento só não deverá acontecer se a economia brasileira crescer apenas em torno de 2% ao ano até 2007. Essa taxa está muito abaixo do que espera o governo. Para este ano, por exemplo, a estimativa oficial é de que o Produto Interno Bruto (PIB) cresça 3,5%.

Novo modelo não atrai investimentos

O presidente do CBIEE, Claudio Sales, diz que as mudanças previstas no novo modelo do setor elétrico - que terá suas medidas provisórias (MPs) 144 e 145 votadas no Senado a partir do próximo dia 2 de março - não estimulam os investimentos privados indispensáveis para o atendimento da demanda futura de energia. Sales afirma que pelos estudos feitos, 55% dos R\$ 20 bilhões, ou seja, R\$ 11 bilhões, terão que ser injetados pelo setor privado.

- É claro que não haverá investimentos privados se o novo modelo mantiver algumas condições que prejudicam as empresas que já estão no país e que vieram, na época da privatização, para ficar no país por muitos anos - afirmou Sales.

Segundo o estudo de Pires Rodrigues, se o país voltar a crescer a taxas entre 4% e 4,8% ao ano, é grande o risco de faltar energia em 2007. Nesse caso, a diferença entre o consumo e a oferta de energia será em torno de 43 TWh (terawatt/hora, medida de energia que significa um milhão de megawatts/hora). Ou seja, o déficit será equivalente a quase metade do consumo do estado de São Paulo.

- A curto prazo, o novo modelo não afeta a vida do consumidor. Mas, a médio prazo, o consumidor corre o risco de ficar sem energia porque as regras previstas não atraem os investimentos privados - diz Pires Rodrigues.

Pelo estudo do CBIE, somente na hipótese de o país não crescer é que não haverá riscos na oferta de energia. O especialista acentua que o estudo levou em consideração o aumento de oferta de energia com projetos já aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que têm licenças ambientais e financiamentos aprovados.

Para o especialista, o tempo é curto para serem iniciados projetos que possam entrar em operação antes de 2007. E a idéia do governo, de que esses investimentos poderão ser feitos em sua maioria pelo setor estatal, está equivocada, segundo o especialista.

- Não vejo qualquer indicação concreta de que vai haver investimentos privados. Ao contrário, a lógica do modelo da ministra (de Minas e Energia, Dilma Rousseff) é reeditar um novo ciclo de investimentos públicos. Só que não há recursos públicos suficientes para atender a uma demanda de crescimento da economia de 3,5% a 4% ao ano - diz Pires Rodrigues.

Empresas querem mudar MP

Nas regras para o setor previstas na MP 144 constam algumas questões que preocupam os investidores, segundo Claudio Sales. Uma delas refere-se à separação que o novo modelo introduz entre a chamada energia velha (das usinas existentes) e a energia nova (de usinas construídas de 2003 em diante). O



problema, segundo Sales, é que as empresas que investiram nos últimos anos no setor terão sua energia classificada como velha, e portanto, vendida a um preço inferior à energia nova, com custo maior.